



BRASIL MACHISTA

Efeitos da violência na rotina da mulher

Estudo mostra impactos no trabalho, estudos e relações. Ligue 180 completa 20 anos com aumento de atendimentos

» RAFAELA BOMFIM*

Tania Rego/Agência Brasil

A violência doméstica costuma registrar momentos de agressão, ameaças e morte. Um novo estudo sobre o tema indica, contudo, que as consequências dos golpes desferidos pelos homens se estendem por todo cotidiano das vítimas. A angústia, o medo e o trauma são presenças constantes, mesmo quando a mulher está longe do seu alagoz.

Sete em cada 10 mulheres que sofreram violência doméstica no Brasil tiveram a rotina alterada após as agressões, segundo a 11ª edição da *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher*, realizada pelo DataSenado e pela Nexus, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV). O levantamento estima que 24 milhões de brasileiras tiveram o dia a dia afetado.

Segundo a pesquisa, 68% das mulheres relataram mudanças nas relações sociais; 46% afirmaram que a violência impactou o trabalho remunerado; e 42% admitiram que as agressões prejudicaram os estudos. Mulheres fora da força de trabalho apresentaram três vezes mais chance de sofrer agressões (12%) do que as empregadas (4%).

"Os dados revelam que a violência doméstica limita a autonomia das mulheres e pode impedir o acesso a direitos básicos, como estudo e trabalho, comprometendo o futuro das famílias e do país", explica Maria Teresa Prado, coordenadora do OMV.

Marcos Ruben de Oliveira, do DataSenado, ressalta a importância do estudo. "É a primeira vez que mensuramos o impacto da violência em vários aspectos da vida, como trabalho e rotina", diz. "Acreditamos que os resultados ajudarão senadores e governo a agir de forma mais efetiva", acrescenta.

O levantamento mostra que 66% das mulheres que sofreram agressões recebem até dois salários mínimos e que mais da metade convive com violência há mais de um ano. Vitória Régia da Silva, da Associação Gênero e Número, afirma que "a autonomia econômica é uma política estratégica para enfrentar a violência e reduzir o risco de permanência em círculos de agressão".



Participantes da IX Marcha das Mulheres Negras do Rio de Janeiro pedem o fim da violência doméstica

Ligue 180

No difícil cotidiano de violência doméstica, as mulheres podem contar com um aliado. O Ligue 180, serviço de orientação e denúncia de violência contra mulheres, completou 20 anos no último dia 25.

A ajuda oferecida por esse serviço dá uma medida da gravidade da violências nas relações pessoais de gênero. Entre janeiro e outubro de 2025, foram realizados 877.197 atendimentos — média de 2.895 por dia. Do total de chamados, 719.968 ocorreram por telefone, 26.378 pelo WhatsApp, 130.827 por e-mail e 24 por videochamada em Libras.

Do total, 126.455 registros foram denúncias, sendo 66% feitas pela própria vítima, 21% de forma anônima e 13% por terceiros. O serviço também fornece informações sobre violência de gênero em todo o país.

Os resultados do estudo estão disponíveis desde ontem na plataforma Mapa Nacional da Violência de Gênero, desenvolvida pelo OMV em parceria com o Instituto Natura e Gênero e Número, reunindo dados sobre violência de gênero em todo o país.

Centros de Referência, delegacias especializadas e Defensorias Públcas em mais de 2,6 mil locais.

O Ligue 180 funciona 24 horas, é gratuito, opera em português, inglês e espanhol, com atendentes exclusivamente mulheres. Em casos de emergência, a Polícia Militar deve ser acionada pelo telefone 190.

Em 2024, o canal registrou 750.687 atendimentos, aumento de 21,6% em relação a 2023. O WhatsApp, lançado em 2023, passou de 6.689 atendimentos em 2023 para 14.572 em 2024. Segundo a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, "ampliamos investimentos na capacitação das equipes, fortalecendo a escuta qualificada para que as mulheres possam realizar denúncias em um ambiente seguro e acolhedor".

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza



Os dados revelam que a violência doméstica limita a autonomia das mulheres e pode impedir o acesso a direitos básicos, como estudo e trabalho, comprometendo o futuro das famílias e do país."

Maria Teresa Prado,
coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência.

Manifesto pede políticas para negras do país

» GABRIELLA BRAZ

Manifesto Econômico da Marcha das Mulheres Negras, projeto colaborativo coordenado pelo Comitê Nacional da Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem-viver, em parceria com o Instituto NoFront, pede espaços nas posições de decisórias do país, na economia e mais políticas voltadas para essa parcela da população.

O documento busca reparação por meio de políticas macro e microeconómicas feitas com e para as mulheres negras. "Reparar exige assumir publicamente essa dívida, preservar a memória da escravidão e do racismo, restituir recursos expropriados, estabelecer regras de não repetição e implementar medidas concretas de compensação", diz o texto.

Organizado em sete eixos, o manifesto conversa com o tema da Marcha deste ano: reparação e bem-viver. O termo se refere não só à garantia de condições dignas de trabalho, mas à "harmonia entre comunidades, meio ambiente,



Na Esplanada, 300 mil pediram por reparação e bem-viver

micro até o macro, desde questões cotidianas como o preço dos alimentos in natura até questões mais complexas como a taxa de juros, justamente para pontuar que as mulheres negras têm projeto de política econômica para

o Brasil", declara.

A socióloga e consultora de projetos Ester Bayerl foi uma das contribuintes do manifesto. Natural do Rio de Janeiro, ela coordena a Lavanderia Comunitária do Morro do Borel, comunidade que enfrenta

históricamente problemas com abastecimento de água e saneamento básico.

A especialista afirma que olhar para mulheres negras no âmbito econômico passa não só por incentivos, mas pela garantia de direitos básicos, como o próprio saneamento, e políticas que garantam a permanência delas no mercado de trabalho. "Quando a gente fala de quem sustenta a economia, a gente também tá falando das mulheres negras", declara.

Lugar de mulher?

Para a Gabriela Chaves, uma das coordenadoras do Manifesto, o documento apresenta um caráter pedagógico, para conscientizar mulheres sobre economia e finanças. "Tem um desdobramento educativo desse material justamente para que os comitês locais da marcha consigam trabalhar e aprofundar ainda mais esses conceitos aplicados em suas realidades locais", explica.

Ausência no Judiciário

» IAGO MAC CORD

Durante a abertura do I Fórum Nacional das Mulheres Juristas realizado ontem no Superior Tribunal Militar (STM), a presidente do STM, ministra Maria Elizabeth Rocha, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Marlúce Caldas, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Melo, defenderam o combate urgente à ausência do feminino nas cúpulas do sistema de Justiça.

A ministra Maria Elizabeth Rocha, declarou que a "ausência do feminino nas cúpulas do sistema de justiça" representa uma "falha estrutural" que compromete a eficiácia e a legitimidade de todo o sistema.

Em sua fala, a magistrada frisou que essa questão perpassa a própria essência republicana, de democracia e de justiça no país. O ponto central é que a "ausência do feminino não é um problema das mulheres, mas um problema da sociedade inteira".

"Nossa luta é pela dignidade humana em sua totalidade, por um sistema que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade. É tempo de transformar palavras em ações, de construir um futuro onde o protagonismo das mulheres seja de fato celebrado e não apenas uma exceção estatística, a compor engrenagens das invisibilidades infligidas", defendeu.

Maria Elizabeth destacou que a ausência do feminino é um "vacío milenar que ressoa e deturpa a própria substância do direito em sua realização de forma concreta". A exclusão feminina nos espaços de poder, segundo a ministra, impede que as nuances da existência do feminino, suas experiências, realidades, vivências, dores e perspectivas sejam incorporadas na formulação do pensar cívico e na estruturação do pensamento político.

Marlúce Caldas, do STJ, ressaltou a necessidade de buscar a jurisprudência e os artigos de autoria de mulheres. Ela trouxe à discussão as barreiras simbólicas da liderança feminina, que explicam os desafios invisíveis enfrentados pelas mulheres que buscam o poder, como teto de vidro, labirinto da liderança, corda bamba e síndrome de abelha rainha.

"Por isso, enquanto o homem avança em linha reta, a mulher caminha como um labirinto. Enquanto o homem encontra portas abertas, a mulher precisa quebrar vidros invisíveis. Enquanto o homem pode não sorrir, a mulher é julgada por não sorrir. Mas quando a mulher escolhe liderar com presença, sensibilidade, justiça e coragem, o labirinto vira canto, o teto se rompe e o poder se torna humano", declarou.

O presidente do TST, ministro Vieira de Melo, enfatizou que o compromisso com a igualdade de gênero é um "dever constitucional" e deve se manifestar em medidas práticas. Ele revelou que o Tribunal enviou para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, uma lista tríplice, composta exclusivamente por "mulheres excepcionais", para provimento de cargo de ministra da Corte trabalhista.